

A. I. N° - 151301.0103/01-4
AUTUADO - BAZAR COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.
AUTUANTE - DAVI BORGES AZEVEDO
ORIGEM - INFAZ CRUZ DAS ALMAS
INTERNET - 05/04/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0085-03/02

EMENTA: ICMS. MÁQUINA REGISTRADORA. **a)** CRÉDITO FISCAL. ESTORNO DE DÉBITO RELATIVO A OPERAÇÕES ISENTAS, NÃO TRIBUTÁVEIS OU COM IMPOSTO PAGO PELO REGIME DE ANTECIPAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. **b)** AJUSTE ANUAL. RECOLHIMENTO A MENOS DO DÉBITO FISCAL. Foram refeitos os cálculos, reduzindo-se o valor inicialmente apurado. Rejeitado o pedido de diligência. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 28/09/01, para exigir o ICMS no valor de R\$7.174,31, acrescido da multa de 60%, em decorrência de:

1. Recolhimento a menos do imposto por não ter se debitado ou se debitado a menos no ajuste anual relativo às mercadorias isentas, não tributadas ou sujeitas à substituição tributária - exercício de 1998;
2. Utilização de crédito fiscal presumido, relativo às mercadorias sujeitas à alíquota de 7% (cesta básica), em valor superior ao permitido pela legislação em vigor – exercícios de 1997 e 1998.

O autuado apresentou defesa alegando que o lançamento é improcedente em parte, tendo em vista que existem divergências entre os valores constantes do levantamento fiscal e aqueles lançados em sua escrituração (infração 1), referentes ao estoque final do exercício de 1997 e às entradas de mercadorias isentas e com o imposto pago antecipadamente, relativas ao exercício de 1998, de acordo com o livro Registro de Inventário nº 1, fls. 27 a 50, e nº 3, fls. 2 a 16, e do livro Registro de Entradas nº 4, fls. 21 a 63.

A final, apresenta um demonstrativo (fl. 50) reconhecendo o valor de R\$1.558,35 para a infração 1 e pede a realização de diligência para confirmar a veracidade de suas afirmações.

O autuante, em sua informação fiscal (fl. 58), acata as razões da defesa, em relação à infração 1, e retifica o valor do débito para R\$1.558,35. Mantém a infração 2, uma vez que o contribuinte não se manifestou contra as parcelas ali apuradas.

O autuado foi intimado a se pronunciar sobre a alteração efetuada pelo autuante em sua informação fiscal, porém não se pronunciou nos autos.

VOTO

Inicialmente, rejeito o pedido de diligência a fiscal estranho ao feito, formulado pelo autuado, porque já se encontram no processo todos os elementos formadores de minha convicção, de acordo com o artigo 147, inciso I, do RPAF/99.

No mérito, constata-se que o autuado se insurgiu contra o valor apurado na infração 1, sob o argumento de que o autuante teria cometido alguns equívocos na transcrição dos valores constantes em seus livros Registro de Inventário e Registro de Entradas, fato que foi reconhecido pelo autuante que reduziu o débito para R\$1.558,35, exatamente o valor apontado pelo próprio contribuinte em seu demonstrativo de fl. 50. Dessa forma, acato o valor retificado pelo autuante, considerando correto o valor de débito de R\$ 1.558,35.

Quanto à infração 2, o autuado não a impugnou, reconhecendo tacitamente a sua procedência e, portanto, deve ser mantida.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 151301.0103/01-4, lavrado contra **BAZAR COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$5.689,20**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “a” e VII, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de março de 2002.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE/RELATORA

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR